CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE n° 084/79

INTERESSADA: ZAUDA ALVES FERREIRA

ASSUNTO : Convalidação do Curso Técnico em Contabilidade, concluído

RELATOR : Cons° Renato Alberto T. Di Dio /em 1971

PARECER CEE n° 0409/80 - CESG - APROVADO EM 19/03/80

I - RELATÓRIO

HISTÓRICO: Zauda Alves Ferreira, brasileira, casada, escriturária, nascida a 1° de março de 1941, portadora do R.G. 6811406, "vem, mui respeitosamente", perante a Presidência do Conselho a fim de requerer a convalidação de seu curso de 2° Grau, com base nos seguintes fatos:

1. Portadora do certificado de conclusão do Curso Técnico de Contabilidade do Colégio Comercial de Monte Aprazível, expedido em 1971, ingressou na Faculdade de Direito Riopretense, chegando a cursar a 2ª série dessa entidade, até 20 de novembro de 1975, quando foi cancelada sua matrícula por determinação da DR5 do Ministério da Educação e Cultura, em face de haver irregularidade no Certificado do Curso Ginásial, expedido, em 25 de fevereiro de 1969, pelo Colégio Estadual de Mato Grosso, em Cuiabá.

2. "Em face de tal situação, a suplicante procurou sanar a irregularidade ocorrida, submetendo-se, novamente, aos exames em nível de 1° Grau, logrando sua aprovação, conforme se comprova pelo certificado incluso do Projeto Minerva", datado de 23 de agosto de 1978.

3. Solicita a convalidação de seu curso de Técnico em Contabilidade, realizado nos anos de 1969, 1970 e 1971, no Colégio Comercial de Monte Aprazível, com obediência a todas as formalidades legais, exceto, obviamente, a referente à conclusão prévia dos estudos de 1° Grau.

4. A Divisão Regional de Ensino de São José do Rio Preto, por sua Assistência Técnica (Área de Ensino de 2° Grau), emitiu, em 27 de novembro de 1978, o seguinte parecer: "Para sanar tais irregularidades, a requerente se submeteu aos exames em nível de 1° grau do Projeto Minerva, em Monte Aprazível, tendo obtido aprovação. Pelo exposto, verifica-se que a requerente já faz jus à convalidação dos cursos de 1° e 2° Graus, ouvido o Conselho Estadual de Educação".

O Diretor Técnico da Divisão Regional de Ensino de São José do Rio Preto acolheu o Parecer da Assistência Técnica em 28 de novembro de 1978.

5. A 7 de março de 1979, foi o processo distribuído ao nobre Cons° Roberto Moreira, cujo Parecer, denegatório do pedido, foi discutido em 5 de março de 1980, pela Câmara de 2° Grau, que, por maioria de votos, se pronunciou a favor da convalidação, incumbindo-nos de examinar o voto vencedor.

APRECIACÃO: Em 21 de novembro de 1975, a Faculdade de Direito Riopretense enviou à interessada carta em que se faz referência ao fato de ter "ficado comprovada a inautenticidade dos documentos escolares". Nada consta sobre a apuração de responsabilidades, inquérito policial ou processo penal.

Este Conselho tem entendido que, quando o aluno sana a irregularidade, submetendo-se a novos exames, pode ter seus estudos posteriores convalidados, mesmo porque não teria sentido obrigá-lo a estudar novamente o que já aprendeu, impedindo-o de prosseguir os estudos ou exercer sua profissão.

Se houve ilícito penal - e nenhuma alusão existe no processo a qualquer violação criminal -, a respectiva investigação cabe, preliminarmente, às autoridades policiais e o julgamento, se for o caso, ao Poder Judiciário.

As autoridades da esfera administrativa da Divisão Regional são favoráveis à convalidação que, consoante os pronunciamentos anteriores deste colegiado, se impõe, uma vez que a aluna corrigiu a falha existente em sua escolaridade.

Se a Justiça decidir que deva ser submetida a qualquer sanção, caso fique demonstrado ter infringido os dispositivos do Código Penal, nem por isso se justificaria que frequentasse de novo o segundo Grau, cursado no Colégio Comercial de Monte Aprazível.

Já decorreram mais de onze anos da data de expedição do certificado expedido pelo Colégio Estadual de Mato Grosso. Passaram-se quatro anos e quatro meses desde que foi cancelada sua matrícula na Faculdade de Direito Riopretense. Só neste Conselho a tramitação do Processo prolongou-se por dezesseis meses.

Se necessidade houvesse de aplicação de pena, só os percalços da demora já constituíram uma sanção suficiente. Ademais, perante o Foro Criminal, já teria ocorrido prescrição, ainda que, em tese, lhe houvesse sido imputado algum delito.

II-CONCLUSÃO

Convalidam-se, nos termos deste Parecer, os estudos feitos por Zauda Alves Ferreira no Curso Técnico de Contabilidade do Colégio Comercial de Monte Aprazível, nos anos de 1969, 1970 e 1971, bem como a expedição de seu certificado de 2º Grau.

São Paulo, 12 de março de 1980

a) Cons. Renato Alberto T. Di Dio - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO 2º GRAU, adota como seu parecer o VOTO do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Antônio Ferreira da Rosa Aquino, Bahij Amin Aur, José Augusto Dias, José Maria Sestílio Mattei, Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Renato Alberto T. Di Dio.

Os conselheiros José Maria Sestílio Mattei e Maria Aparecida Tamaso Garcia votaram contra, acompanhando o voto vencido do Conselheiro Roberto Moreira.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1980

a) Conselheiro José Augusto Dias - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, a decisão da Câmara do Ensino do 2º Grau, nos termos do Voto do Relator.

Foram votos vencidos os Conselheiros Tharcísio Damy de Souza Santos, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Roberto Moreira, que apresentou Declaração de Voto.

O Conselheiro Alpínolo Lopes Casali apresentou Declaração de Voto.

Sala "Carlos Pasquale", em 19 de março de 1980

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente

VOTO VENCIDO

PROCESSO CEE N° 0084/79

INTERESSADO: ZAUDA ALVES FERREIRA.

Zauda Alves Ferreira dirigiu-se à Presidência deste Conselho, nos seguintes termos:

"Zauda Alves Ferreira, brasileira, casada, escriturária, residente e domiciliada em Monte Aprazível, Estado de São Paulo, à Rua São João, n° 732, portadora do RG. n° 6.811.406, vem, mui respeitosamente, perante V.Sa., a fim de expor para, ao final, requerer, o que se segue:

1° - Em favor da peticionária, a 25 de fevereiro de 1969, foi expedido pelo Colégio Estadual de Mato Grosso, em Cuiabá, o Certificado do Curso Ginásial, visto ter ela sido aprovada nos exames a que se submetera nos termos do artigo 99, § único da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (documento 01).

2° - Em face de sua aprovação, a suplicante matriculou-se no Colégio Comercial de Monte Aprazível, estabelecimento em que, em 1971, concluiu ela o Curso de Técnico de Contabilidade, correspondente ao 2° Grau (documento 02 e 03).

3° - Portadora, assim, de um certificado de conclusão do 2° Grau, pode a peticionária ingressar na Faculdade de Direito Riopretense, tendo cursado a 2ª série dessa entidade, até 20 de novembro de 1975, quando então lhe foi cancelada a matrícula por determinação da DR-5 do

Ministério de Educação e Cultura de São José do Rio Preto, em face de haver irregularidade nos documentos escolares de 1° e 2° Graus apresentados (Doc. n° 04).

4º - Em face dental situação, a suplicante procurou sanar irregularidade ocorrida, submetendo-se novamente, aos exames em nível de 1º Grau, logrando sua aprovação, conforme se comprova pelo certificado incluso do Projeto Minerva, expedido pelo Serviço de Exames Supletivos da Secretaria de Estado da Educação (Doc. nº 05 e nº 06).

5º - Sanada, assim, a irregularidade referida, a requerente assegurou-lhe de ser-lhe convalidado e 2º Grau, devidamente: cursado no Colégio Comercial de Monte Aprazível, uma vez que a única irregularidade em tal nível caracterizou-se apenas ela inautenticidade do certificado de 1º Grau já referido no item 01 com o qual instruiu sua matrícula no Curso Técnico de Contabilidade (grifo do relator).

Em vista do exposto, é a presente para requerer de V.Sa. se digne determinar seja-lhe, de pronto, convalidado seu nível de escolaridade de 2º Grau, ou seja seu Curso Técnico de Contabilidade, concluído no Colégio Comercial de Monte Aprazível, uma vez que a convalidação, ora pretendida, vem restaurar seus estudos que foram concluídas com grande sacrifícios, bem como permitirá à suplicante dar continuidade ao seu curso superior de Direito, assim-que fizer o aproveitamento de que já foi cursado, mediante oportuno procedimento futuro, perante os canais competentes. Confiante na pronta atenção que V.Sa. sempre dedica às pretensões " que lhe são formuladas, desde que amparadas pelo DIREITO..." (fls. 03 e 04) (grife do relator).

A seguir, encontramos no processo os seguintes documentos; Certificado de Conclusão do Curso Ginásial, nos termos do Art. 99 da Lei nº 4.024/61 expedido pelo Colégio Estadual de Mato Grosso (fls. 05); Histórico Escolar do Curso Técnico de Contabilidade, expedido pelo Colégio Comercial de Monte Aprazível, S.P (fls. 06); Diploma de Técnico em Contabilidade expedido pela mesma Escola (fls.07); Certificado de conclusão do Ensino de 1º Grau, em 1978, expedido pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Educação.

Consta, também, às fls.08/ a seguinte correspondência enviada à interessada pela Faculdade de Direito Riopretense:

"Comunico a V.Sa. que o Sr. Diretor deste Estabelecimento, em cumprimento ao que foi determinado pela Representação da DR-5 do Ministério da Educação e Cultura de São José do Rio Preto, cancelou em 20/11/75, a sua matrícula na 2º série desta Faculdade em 1975, ficando declarados

insubsistentes todos os atos dela decorrentes, desde o início até aquela data, tende em vista que, através do verificação regular a que foram submetidos, ficou comprovada a inautenticidade dos documentos escolares de 1° e 2° Graus apresentados por V.sa. para matrícula inicial no Curso de Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1974, nesta Faculdade" (fls.08).

Tomando conhecimento do assunto, a Divisão Regional de Ensino de São José do Rio Preto emitiu este parecer: "Pelo exposto, verifica-se que a requerente já faz jus à convalidação dos cursos de 1° e 2° Graus, ouvido o Egrégio Conselho Estadual de Educação..." (fls.13). A seguir o processo tramitou pela Coordenadoria ~~por~~ Ensino do Interior, que o encaminhou a este Conselho por intermédio do Gabinete do Senhor Secretário da Educação.

Já manifestamos nosso pensamento com relação a estas situações irregulares de vida escolar, em que ocorrem inversões na seqüência de estudos, na declaração de voto que apresentamos no Parecer CEE n° 1365/79, de autoria do nobre Conselheiro Renato Alberto T. Di Dio. Esta declaração de voto passa, neste momento, a fazer parte desta apreciação; por esta razão é colocada em anexo a este parecer.

Nesta situação particular em que é interessada Zauda Ferreira Alves, chama também a atenção a forma irreverente e nada protocolar de tratamento a este Colegiado, como grifamos anteriormente; parece-nos que isto já é reflexo das atitudes condescendentes e do consentimento deste Conselho com situações escolares irregulares dessa natureza.

Acrescentamos também que, em nenhum momento, a requerente justifica a validade do Certificado de Conclusão do 1° Grau, obtido no Estado do Mato Grosso ou contesta a medida tomada pela DR-5 do Ministério da Educação e Cultura de São José do Pío Preto, em 1975, que determinou a anulação dos seus atos escolares. Ao contrario, em 1978, procurou realizar exames de suplência de 1° Grau, que a tornam habilitada, sem dúvida, a prosseguir os seus estudos em caráter regular, mas não servem para sanar atos irregulares que praticou.

Face ao exposto, voto no sentido de que seja mantida a decisão da DR-5 do Ministério de Educação e Cultura de São José do Rio Preto, que considerou irregular a obtenção do Certificado de Conclusão do Curso Ginásial por ZAUDA FERREIRA ALVES, em 1969, no Colégio Estadual de Mato Grosso, MT., e determinou o cancelamento dos seus estudos posteriores, inclusive a sua matrícula na 2ª série da Faculdade de Direito Riopretense, de São José do "Rio Preto, SP., em 1975.

CESG, em 19 de março de 1980

a) Conselheiro Roberto Moreira

RELATOR

DECLARAÇÃO DE VOTO

Acolhemos o Parecer da Câmara do Ensino do Segundo Grau em virtude do tempo em que ocorreu o fato havido ou suspeito de falso. No caso, teria se verificado a prescrição da pena. Reportamo-nos à nossa declaração de voto no protocolado nº 754/74.

Em 19 de março de 1980.

a) Cons. Alpínolo Lopes Casali